



## 30 anos da Constituição Federal: tempo de resistência

Kanamari, Madija Kulina, Deni, Miranha, Tikuna, Maku Nadëb, Kokama, Kambeba, Apurinã e Kaixana. Esses são os povos dos municípios de Tefé, Alvarães, Japurá, Maraã, Itamarati e Carauari que participam do projeto “Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes”, realizado pela Cáritas e CIMI da Prelazia de Tefé e financiado pela União Europeia e CAFOD, Agência Católica para o Desenvolvimento Internacional.

Nesse mês de junho, o projeto concluiu seu 2º ano, continuando com atividades de formação, incidência e fortalecimento institucional. Os resultados alcançados até agora mostram que fortalecendo as capacidades indígenas, também se fortalece a resistência contra os desmontes das políticas indigenistas nacionais adotadas pelo atual governo brasileiro. No ano em que a Constituição Federal completa 30 anos, a realidade é de ataques aos direitos conquistados. Segundo o Relatório do CIMI, que apresenta as violências contra os povos indígenas no Brasil, são “ataques diretos às comunidades e o não cumprimento dos direitos constitucionais destes povos à demarcação de seus territórios, inviabilizam seu modo de vida tradicional”.

No Amazonas, estado que possui maior número de terras indígenas sem demarcação e sem providências para sua regularização, estão vulneráveis tanto os indígenas quanto os recursos naturais. Sem demarcação territorial, os invasores sentem-se à vontade para explorar as florestas e as comunidades ficam desassistidas, sem políticas públicas específicas. Esta é a situação enfrentada pelos povos da região do médio rio Solimões e denunciada pelas lideranças nas diversas atividades desenvolvidas pelo projeto. Ao que tudo indica, dado o sucateamento da FUNAI e sua clara utilização como favores políticos, os processos de reconhecimento territorial ainda serão morosos. O último presidente do órgão nomeado, o empresário e

pregoeiro Wallace Moreira Bastos, não tem nenhuma experiência com a questão indígena.

Para o coordenador do Projeto, Raimundo Freitas, o cenário nacional para os indígenas é desolador, porém, deve promover resistência e luta. “Esse cenário vai permanecer e vai afetar nossas ações. Mas, é preciso centrar fogo nas atividades e trazer informações para os indígenas. Até aqui, o que o projeto já fez, as lideranças estão valorizando e se apropriando dos conhecimentos para resistir”.

Valcidheice Alves Pereira Kokama, da aldeia Boará de Cima, em Tefé, mostra que sim, valeu a pena os ensinamentos que o projeto trouxe: “A gente viu que a gente tem voz, que a gente pode falar. E que é dever deles respeitar a nossa cultura, cada povo, cada estilo de vida dos indígenas”.

As atividades de acompanhamento e articulação nas aldeias, Oficinas Político-jurídicas, incidências políticas, encontros regionais, Fóruns Locais de Políticas Indigenistas e Campanhas na Semana dos Povos Indígenas, que aconteceram no segundo semestre do ano 2 do projeto estão descritas nesse número do Huhuride. Boa leitura!!



Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Carauari. Os indígenas reivindicaram e conquistaram a inclusão de políticas públicas indigenistas na Lei Orgânica do Município.

Foto: Fábio Pereira. Cáritas/CIMI Tefé.

Realização



CÁRITAS DE TEFÉ  
“Solidariedade pela Vida”



Apoio:

CAFOD  
Just one world



União Europeia

“Ninguém fará por nós. Nós é que devemos ser firmes e exigir nossos direitos. Vamos participar dos debates, plenárias e outros eventos sobre os direitos de todos os povos indígenas”.

**Conselheiro Distrital de Saúde Indígena, Samuel Kulina, aldeia Matatibem, Carauari.**

### **Viagens de Articulação: Renovando energias**

As atividades do semestre começaram com as articulações nas aldeias para preparação das ações que o projeto havia planejado para os primeiros meses de 2018. As equipes mobilizaram as comunidades de Mapi, Porto Praia de Baixo, Severino, Boará, Boarazinho e Boará de Cima, em Tefé; Laranjal, em Alvarães; São Francisco e Patuá, em Maraã, Nova São Joaquim, Jutaí, Jeremias, Nova Canaã e Mapari, em Japurá; Bauana, Taquara e Matatibem, em Carauari, e Terra Nova, Morada Nova, Boiador, Itauba, Santa Luzia, Flexal, São João do Curabim, em Itamarati. Em todos esses lugares, foram envolvidos 396 indígenas, sendo 236 homens e 160 mulheres, dos povos Kanamari, Madija Kulina, Deni, Miranha, Tikuna, Maku Nadëb, Kokama, Kambeba, Miranha, Apurinã e Kaixana.

Com essa atividade foi possível incentivar as lideranças e comunidades para participação nas oficinas, mutirões, incidências políticas, fóruns locais indígenas e as atividades da Semana dos Povos Indígenas que estavam planejados. O objetivo das reuniões de articulação é animar as comunidades para as ações, mas quem ficou animado foram os educadores ao verem o interesse, a acolhida e a disponibilidade dos indígenas para a participação.

### **2ª etapa da Oficina Político-jurídica: Fortalecendo conhecimentos**

A 2ª etapa da Oficina Político-jurídica do município de Itamarati foi realizada na aldeia Santa Luzia, com a participação de 56 lideranças, sendo 25 homens e 21 mulheres, dos povos Deni e Kanamari. A ASPOTAX e a ASPODEX participaram com a força de suas organizações.

Os estudos das oficinas de capacitação têm como objetivo levar, trocar e construir conhecimentos sobre direitos civis sociais e políticos com os indígenas e eles, entre suas aldeias, comunidades e etnias. Os direitos indígenas estão garantidos na Constituição Federal e em leis específicas que regulamentam as políticas públicas e proteção aos povos indígenas. Os participantes saíram da Oficina seguros e preparados para as ações de incidência política programadas.

### **Mutirão de Direitos: O Poder Público Presente na Aldeia**

Trazendo o poder público para dialogar nas comunidades onde as violações de direitos ocorrem, o Mutirão em Defesa de Direitos aconteceu em maio de 2018, na comunidade de Jutaí, em Japurá. Com 95 participantes dos povos Maku Nadëb, Kanamari e Kaixana e representantes dos órgãos públicos do município, o encontro foi de diálogo direto para a resolução dos problemas enfrentados. Estavam presentes o coordenador da CTL-FUNAI, em Tefé, Tomé Cruz; o vice-prefeito, Sebastião Barbosa; o Secretário de Educação, Vanilso Monteiro da Silva; quatro vereadores, entre eles, o presidente da Câmara, Edilson Ventura dos Santos; representando o CRAS, Gisselle dos Santos Oliveira, Renato Ramos Gonçalves e Nelson Perez Cardoso; os coordenadores das Coordenações de Educação Escolar Indígena: Jukson Ferreira Urbano (Tefé) e Madalena da Silva Cardoso (Japurá), pelo CONDISI-MRSA, se fez presente Francisca das Chagas.

Ao final, foi elaborado um documento com as principais reivindicações sobre os direitos à livre determinação e autonomia dos povos e comunidades indígenas, à educação escolar indígena, saúde diferenciada e à terra protegida. Todos os órgãos presentes apoiaram o documento encaminhado para o Ministério Público Federal, para SEMED, prefeitura de Japurá, Câmara de Japurá, a CTL FUNAI, CONDISI e DSEI, em Tefé.

Durante os três dias, as lideranças mostraram segurança no diálogo com os órgãos públicos para exigir respeito pelos seus direitos. A tarefa agora é manter a mobilização das comunidades para que o apoio recebido das autoridades se transforme em ações concretas para a efetivação de direitos dos povos indígenas do Japurá.



Mutirão de Defesa de Direitos. Jutaí, de 22 a 24/05/2018.  
Foto: Edvarde Bezerra. Cáritas/CIMI Tefé.

“A visita dos indígenas nas escolas foi um momento muito importante para a sensibilização dos alunos e para quebrar o preconceito contra os indígenas. A gente ficou admirada com tanta riqueza cultural”. *Gestora da Escola Estadual Saturnino Marães Neto, de Maraã, Iderlane Pereira Soriano.*

### **Fórum de Política Indigenista: Com todos e para todos!!**

O objetivo do Fórum de Políticas Indígenas, realizado em Tefé, em maio, foi debater em conjunto os problemas de violação de direitos encontrados e denunciados nas atividades do projeto e de encaminhar conjuntamente as demandas das aldeias, pois muitas delas são comuns a todos os povos.

O Fórum reuniu 46 indígenas dos povos Kanamari, Deni, Miranha, Tikuna, Kokama, Kambeba, Apurinã e Kaixana, dos municípios de Tefé, Itamarati, Carauari e Alvarães, e contou com a participação de representantes da UNIPI-MRSA, do vice-prefeito de Tefé, Jean Robson Jacintho, representante da FUNAI (CTL-Tefé), Alexandre de Melo e Tomé Cruz, e do presidente do CONDISI, Otinelson Camarão.

Em preparação para o Fórum foram realizados pré-Fóruns em Itamarati, com os povos Deni e Kanamari; e em Carauari, Kanamari e Madija Kulina, com suas reivindicações sobre saúde e educação indígena e demarcação de terras indígenas.

Ao final do Fórum em Tefé, foram elaborados oito documentos conjuntos e encaminhados ao MPF; FUNAI; Prefeituras de Alvarães, Tefé, Carauari e Itamarati; Secretarias de Educação de Alvarães e Tefé; Secretaria de Meio Ambiente de Tefé; Comando da Polícia Militar; Exército Brasileiro, Polícia Federal, DSEI e Secretaria de Saúde de Tefé.

### **Incidência Política: A Voz de um Povo**

Nas incidências políticas nos municípios, as lideranças indígenas relatam as violações de direitos em suas aldeias diretamente para os órgãos responsáveis pelas políticas indigenistas. Entregam documentos que denunciam e apresentam soluções que reparam as violações. Basta que o poder público assuma suas responsabilidades.

Em Maraã 49 participantes, entre lideranças das aldeias São Francisco, Patauá, Ponta Branca e Araucá e representantes dos órgãos públicos estiveram reunidos na primeira Reunião de Incidência, para tratar sobre a Educação Escolar Indígena, saúde diferenciada e políticas públicas, nas aldeias. A Prefeitura, Câmara e SEMSA se comprometeram em agendar reuniões específicas para, juntos, buscarem as resoluções conjuntas dos problemas. Em Carauari, uma das incidências dos Madija Kulina e Kanamari foi com o ICMBio e FUNAI, que formalizaram um Termo de Cooperação para



Fórum de Políticas Indigenistas. Maio 2018. Tefé. Foto: Lígia Apel.

viabilizar a fiscalização das áreas dos dois povos. Outra incidência aconteceu na Câmara de Vereadores. Mais de 35 indígenas Kanamari e Madija Kulina participaram de uma sessão com caráter de Audiência Pública, com o objetivo de propor que a nova Lei Orgânica do Município contemple políticas específicas para os povos indígenas. As reivindicações foram atendidas.

E em Tefé, o povo Kokama, da aldeia Porto Praia de Baixo, conseguiu uma reunião com o Ministério Público Federal para denunciar o não cumprimento do acordo feito, em março de 2018, entre o povo e o proprietário de área vizinha à sua Terra. O MPF se comprometeu em marcar nova audiência pública com os envolvidos para resolução definitiva do problema.

### **Semana dos Povos Indígenas: formando uma rede de proteção aos direitos indígenas**

Palestras nas escolas, incidências políticas, debates e reflexões com a sociedade através das rádios locais, exposição e venda de artesanatos, atividades lúdicas e culturais em espaços públicos, danças, músicas, muita alegria e força marcaram a Semana dos Povos Indígenas de Tefé, Carauari e Maraã. Nos três municípios, mais de 1000 pessoas participaram das atividades que fazem frente aos ataques aos direitos indígenas. O objetivo das atividades com a sociedade em geral é formar uma rede de proteção dos direitos dos povos indígenas. Em Carauari, 47 Kanamari e Kulina desenvolveram atividades educativas e culturais com os estudantes. Em Maraã, a caminhada, palestras e a apresentação cultural, reuniram em torno de 159 pessoas entre indígenas Kanamari, das aldeias São Francisco, Patauá e Ponta Branca. E em Tefé, mais de 100 indígenas Kokama, Kambeba, Kaixana, Tikuna e Apurinã se envolveram nas atividades.

“Em frente ao Congresso Nacional manifestamos nossa indignação diante dos atos praticados contra os povos indígenas. Acendemos velas em memória de todos os guerreiros indígenas mortos na luta pelas suas terras”. *Marcela Balieiro Kaixana, da aldeia Mapi, em Tefé.*

### **Avaliar e planejar: Um processo contínuo**

A cada semestre é realizado o encontro de Monitoramento, Avaliação e Planejamento do projeto. O último aconteceu em junho e, na avaliação dos trabalhos realizados, o destaque foi para as lideranças participantes do projeto que mostram maior conhecimento e coragem para exigir seus direitos, dialogando com os órgãos públicos. Esse resultado animou o planejamento para o ano 3, que conta com diversas atividades de continuidade dos processos formativos e de incidências políticas locais, regionais e nacional.

### **Um Mapa para as Violações de Direitos**

Aprender a usar aparelho de GPS, entender sua utilidade para a criação de mapas sobre as violações de direitos ocorridas nas comunidades, dando maior precisão às denúncias, são os objetivos das Oficinas de Capacitação em Georeferenciamento. Participaram da 1ª Oficina, 27 pessoas, entre educadores e lideranças indígenas, que aconteceu nos dias 7 a 9 de junho, no Centro de Formação Irmão Falco, em Tefé. A 2ª etapa acontecerá no final do ano, quando será construído o mapa das violações de direitos que os povos indígenas da região vêm sofrendo e foram apontadas durante as atividades do projeto.



Oficina ensina lideranças a manusear aparelho de GPS.  
Foto: Francisca Cardoso. Cáritas/CIMI Tefé.

### **A educação para os Maku Nadëb: Um estudo de caso**

O Estudo de Caso do ano 2 do projeto foi sobre a Educação Escolar Indígena do Povo Maku Nadëb, das aldeias Jutai, Jeremias e Nova São Joaquim, em Japurá.

A pesquisa revela uma realidade de descaso e omissão do poder público no cumprimento das regulamentações e atribuições legais dos órgãos públicos responsáveis pela implantação e operacionalização das escolas indígenas. O estudo está sendo utilizado nas reuniões, diálogos e incidências políticas realizadas pelo povo.

### **Imagens que mostram a realidade**

Em junho foi realizada a 2ª Oficina de Comunicação, que tem como objetivo contribuir com as lideranças e organizações indígenas na produção de vídeos participativos, como ferramentas de mobilização. Participaram os educadores do projeto e 14 lideranças indígenas, entre elas representantes da ASPOTAX, AXPODEX e UNIPI. Mostrar em imagens a realidade de violação de direitos que sofrem ajudará no enfrentamento a essas violações junto às autoridades e sociedade civil.

### **Um olhar externo sobre o projeto**

O projeto, neste semestre, recebeu a visita de um avaliador externo para analisar as atividades desenvolvidas. Seu parecer é importante para as equipes saberem se estão caminhando rumo ao alcance dos objetivos. Sylvain Colmet-Daage, responsável pelo Monitoramento, visitou as aldeias de Boará, Boarazinho, Boará de Cima, Porto Praia e Projeto Mapi e participou de momentos de diálogos com parceiros do projeto.

Na avaliação, concluiu que o projeto é relevante para os indígenas, pois contribui com o fortalecimento de suas capacidades e conhecimentos, é eficiente no gerenciamento dos recursos e os resultados até agora alcançados são eficazes.

## **Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes**

**Realização:** Cáritas e CIMI da Prelazia de Tefé.

**Apoio:** CAFOD e União Europeia.

**Coordenação:** Raimundo Nonato.

**Equipe de educadores:** Edvarde Bezerra, Fabiana Caresto, Fábio Pereira, Francisca Cardoso, Francisco Amaral, Nelma Catulino e Raimundo Francisco.

**Assessorias:** Chantelle Teixeira (jurídica), Lígia Apel (comunicação), Jessiki Galvez (financeira) e Satya Caldenhof (gestão).

**Texto e arte final:** Lígia Kloster Apel

**Contatos:**

Cáritas Tefé: (97) 3343-2775 - [caritastefe@gmail.com](mailto:caritastefe@gmail.com)

CIMI Tefé: (97) 3343-2544 - [cimitefe@gmail.com](mailto:cimitefe@gmail.com)

**Facebook:** [www.facebook.com/caritasecimitefeamazonas](http://www.facebook.com/caritasecimitefeamazonas)